

Gabriela Zangarini traz para a teologia da missão a rica experiência da religiosidade popular - e de sua própria experiência - em Guasayán, Argentina. *El Señorcito de los Milagros: un aporte del Catolicismo Popular a la reflexión misionológica* é fruto da dissertação de mestrado apresentada pela autora nesta Pontifícia Faculdade de Teologia. O tema, inédito entre nós, oferece excelente contribuição aos missionários, pesquisadores e professores da área de missiologia.

A *Revista de Cultura Teológica* encerra esse número com *O Cristão na Política: um estudo de caso*. Esse estudo é fruto de pesquisa na área da Teologia Política, corroborado por entrevista feita com Francisco Wítaker, militante cristão enjado nas CEBs e na vida pública. O referido estudo, que foi realizado por Rosana Manzini em parceria com Alejandro Angulo, SJ, da Universidade Gregoriana, propõe que a Política carregue a marca da solidariedade, do amor e da justiça em vista da humanização da sociedade e que, para isso, ela não perca de vista o Reino de Deus.

Agradecimentos da Diretoria da Faculdade aos assinantes, leitores, professores, funcionários, alunos e a todos os amigos da *Revista de Cultura Teológica*.

Que o Deus-Menino que vem no Natal, cheio de graça e de verdade, conceda a todos os nossos leitores e leitoras um Ano Jubilar de festa e alegria, e um Novo Milênio de paz num mundo mais humano e feliz!

Conselho Editorial

O JUBILEU E SUA INTEGRAL CELEBRAÇÃO

Pe. Dr. Antonio Manzatto

Desde muito tempo já a Igreja vem preparando seus fiéis para celebrem alegres e adequadamente o ano 2000, dito ano do Jubileu. É a celebração de dois mil anos do nascimento de Jesus, mesmo se a data é simbólica¹; celebra-se a chegada do novo milênio, mesmo se ele começa efetivamente no ano seguinte; é o simbolismo do ano 2000, número mágico, mesmo se a imensa maioria dos habitantes da terra conta o tempo de outra maneira². Quer-se colocar em destaque a possibilidade de uma nova maneira de viver, uma nova era que pode (e deve) ser para a humanidade toda, especialmente para os cristãos, vivida de maneira mais fraterna, mais humana.

Sobretudo para os católicos, a abertura oficial das celebrações do Jubileu, que vem sendo preparada desde a *Tertio Millennio Adveniente*³,

dá-se no Natal de 1999 com a abertura da Porta Sagrada do Ano Santo, e estende-se até o Natal de 2000. É o próprio Papa quem incentiva os fiéis para que o ano 2000 seja visto como um Ano Santo e, mais ainda do que os outros precedentes, como o Ano do Grande Jubileu.

Parece evidente que o ano 2000 não é como os outros. A simbólica ligada ao número é extremamente significativa. Por isso o papa, os bispos, toda a Igreja e até os Meios de Comunicação Social incentivam para que este ano seja visto e vivido diferentemente.

1. A ORIGEM DA CELEBRAÇÃO DO JUBILEU

De onde vem a idéia de celebrar o Jubileu? O que isso significa? Quais suas implicações e conseqüências? Sim, porque a idéia da celebração do

¹ Sabemos hoje pelas pesquisas da história que o nascimento de Jesus situa-se entre o ano 6 e o ano 4 a.C. Cf., por exemplo, John MEIER, *Um judeu marginal*, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

² Os judeus contam o tempo a partir da criação; os muçulmanos têm Maomé por base; os cristãos contam o tempo a partir de Jesus Cristo: é uma característica do Ocidente cristão.

³ Carta Apostólica de João Paulo II, de 10 de novembro de 1994.

Jubileu não é nova. Não é este ano do Jubileu o primeiro a ser declarado Santo pela Igreja.

Saber a origem da celebração do Jubileu é importante, mas não suficiente. É importante também refletir sobre o como pode-se celebrar este Jubileu, e que mudanças significativas ele pode ter para a Igreja e para toda a humanidade.

1.1 O Ano do Jubileu na Sagrada Escritura

A Bíblia relata a criação do mundo em seis dias e o repouso do próprio Deus no sétimo dia (Gn 1,1-2,3). Trata-se, é sabido, de uma retroprojeção da lei e do costume judaicos, enfatizados sobretudo a partir do exílio, do repouso no sábado⁴.

O descanso no sétimo dia é reforçado pela idéia, contida na lei judaica, do repouso da terra a cada sete anos, o chamado ano sabático (Lv 25,1-7). No final de sete anos sabáticos, isto é, após sete semanas de anos, deve-se então celebrar o Ano do Jubileu, conforme consta da legislação, relatada no livro do Levítico e no livro do Deuteronômio.

Acontecendo a cada 50 anos, portanto, o Jubileu é marcado por várias medidas ou ações de caráter social, sendo que algumas valem também para o ano sabático. São elas: o repouso da terra (Lv 25, 2-4.11-12), a libertação dos escravos (Dt 15, 12-15; Lv 25,10), o perdão das dívidas (Dt 15, 1-2.11) e a devolução das propriedades (Lv 25, 13-15.23).

Assim, com a celebração do Ano do Jubileu, cada geração de judeus tem a possibilidade de recomeçar uma vida livre, a partir da partilha igualitária realizada quando da conquista da Terra Prometida. É a contínua volta à Aliança celebrada com Javé no Sinai, e por isso quem tudo perdera tem a ocasião de reencontrar a liberdade, o patrimônio familiar e a possibilidade de recomeçar a vida com dignidade. Impedindo a perpetuação da desigualdade, a lei que prescreve o ano jubilar quer impedir a perpetuação da injustiça e da exploração do rico sobre o pobre, possibilitando a ambos vivência da fraternidade.

Muitos se perguntam se essa lei, revolucionária em sua inspiração, foi alguma vez aplicada. Mesmo que ela

nunca tenha se tornado história, é uma lei baseada na dignidade humana e na fé em Deus criador e libertador, e exprime um ideal de igualdade para o qual o antigo Israel deveria caminhar, ideal este que ainda encontra validade e sentido para os seres humanos que vivem os tempos atuais.

1.2 Jesus e o Jubileu

São Lucas apresenta Jesus inaugurando sua ação na sinagoga de Nazaré, que ele possivelmente frequentara na sua infância, onde ele apresenta seu projeto. O projeto de Jesus, sua bandeira de lutas, é apresentado como sendo inspiração do Espírito Santo de Deus, nas palavras do profeta Isaías (Lc 4,16-21).

O "ano da graça do Senhor" de que fala o texto não é outra coisa senão o Ano do Jubileu do livro do Levítico⁵. A ação de Jesus, portanto, que o situa como continuador da obra dos grandes profetas do Antigo Testamento, é apresentada como sendo a instalação do Ano do Jubileu, e para isso o Espírito do Senhor está sobre ele e o consagra com a unção, isto é, o faz Messias, Cristo.

Não é difícil imaginar a continuação do texto de Lucas. Os que ouviram o discurso de Jesus se dividem. Alguns estão maravilhados: são os pobres que esperam reconquistar seus bens, sua liberdade, sua dignidade. Outros mostram-se ultrajados pelas palavras que Jesus e querem levá-lo para o alto do monte para lançá-lo no precipício, calando-o e ao seu sonho de fraternidade (Lc 4,29): são os poderosos que julgam que o Ano do Jubileu seria sua desgraça porque os despojaria de seus bens, de seu poder sobre os outros, da exploração que praticavam. A proposta do Ano do Jubileu, como tantas outras palavras e ações de Jesus, atrapalha a alguns, e estes decidem livrar-se rapidamente dele.

A idéia do Ano do Jubileu, não é difícil perceber, privilegia os pobres e fracos dentro da sociedade do antigo Israel, em detrimento dos poderosos. Jesus, ao retomar essa idéia há muito esquecida, mostra-se parcialmente situado ao lado dos pobres e explorados de sua época. Privilegiar os pobres em detrimento dos poderosos, esta é a razão pela qual a lei do Ano

⁴ Cf., por exemplo, Gerhard von RAD, *Théologie de l'Ancien Testament*, 2 vols. Genève: 1971; Labor et Fides, veja-se, também J. BRIEND, "Sabbat", in: *DBS*, col. 1132-1170.

⁵ Não é necessário discutir esta idéia, que se tornou consenso nos meios exegéticos desde muito tempo. Cf., por exemplo, Alfred LOISY, *L'évangile selon saint Luc*, Paris: E. Nourry, 1924.

do Jubileu nem sempre foi aplicada, e também é a razão pela qual Jesus foi perseguido e assassinado.

1.3 A celebração do Ano Santo

A história registra o ano de 1300 como sendo o da celebração do primeiro Ano Santo na história do cristianismo. Desde o início desse ano, uma multidão de peregrinos acorria a Roma, que vivia em paz na época, para celebrar o aniversário do nascimento de Jesus. Bonifácio VIII, o papa reinante, promulga em 22 de fevereiro daquele ano o primeiro Ano Santo cristão que, com efeito retroativo, vai do Natal de 1299 ao natal de 1300⁶.

Nesse ano, a Basílica de São Pedro permanece aberta dia e noite e os peregrinos que desejam alcançar a indulgência plenária devem visitá-la, bem como a Basílica de São Paulo.

O Papa Bonifácio VIII (1294-1303) previa a realização de um Ano Santo por século. Mas como o Ano

do Jubileu dos judeus era celebrado a cada 50 anos, Clemente VI (1342-1352) fez realizar-se o segundo Ano Santo em 1350. Depois dele, Urbano VI (1378-1389) reduz o período dos jubileus para 33 anos, a duração presumida da vida de Jesus. Por fim, Paulo II (1464-1471) reduz esse intervalo para 25 anos, e desde essa época acontece um Ano Santo por geração⁷.

Além da celebração desses jubileus ordinários, aconteceram na história mais 65 jubileus extraordinários, proclamados por diversas razões, sendo que depois de Sixto V (1585-1590) muitos papas proclamaram um jubileu extraordinário na ocasião de sua elevação ao trono de Pedro⁸.

Neste nosso século, tivemos, além do jubileu celebrado em 1900⁹, tivemos os jubileus “ordinários” acontecendo a cada 25 anos, portanto em 1925, 1950¹⁰ e 1975. E tivemos também a celebração de alguns Anos Santos “extraordinários”, como em

1933 e 1983, respectivamente 1900 e 1950 anos da Redenção. Agora, no ano 2000, celebramos o 2000º aniversário Encarnação.

1.4 Jubileu e Ano Santo

Para os judeus, o Ano do Jubileu compreendia a realização de várias medidas de caráter social de que fala o Livro do Levítico e às quais já aludimos anteriormente¹¹. No Ano Santo dos cristãos, essas medidas continuaram a ser vividas, mas apenas em um sentido espiritual e simbólico.

O Ano do Jubileu, para os judeus, tem como horizonte a Aliança realizada com Javé no Sinai. O Ano Santo dos cristãos tem como referencial a Nova Aliança, a salvação da humanidade realizada em Jesus. Na mentalidade medieval, prevalece a noção da redenção realizada por Jesus no sacrifício da cruz, no Calvário. Por isso, o Ano Santo vai sempre falar a partir do horizonte da Redenção da humanidade que, livre do pecado, pode viver na graça de Deus. Daí o privi-

légio do “espiritual” e simbólico sobre o “material” colocado em evidência pela legislação do Antigo Israel.

Assim, o descanso da terra passa a ser não mais do que a consagração do trabalho e do repouso a Deus; a libertação dos escravos é vista como sendo a libertação da escravidão do pecado pela salvação oferecida em Jesus; o perdão das dívidas passa a ser visto como o perdão das ofensas ou, melhor, o “perdão das penas temporais” a que eram obrigados os pecadores¹²; e a devolução das propriedades é vista como a devolução dos seres humanos, individual e coletivamente, a Deus.

Daí não ser estranho a insistência que se faz, durante o Ano Santo, nas peregrinações e nas indulgências, sinais da conversão do coração do fiel a Deus, abandonando o pecado para experimentar a vida nova na graça de Deus.

Claro que quer-se colocar a ênfase nesta nova vida a ser experimentada pelo fiel, mas no entanto os sinais que indicam esta nova vida são,

⁶ Cf. CNBB, *Como celebrar o Jubileu*, São Paulo: Paulus, 1999.

⁷ Cada geração tem uma duração de 25 anos.

⁸ Cf., por exemplo, Gaston CASTELLA, *Histoire des papes*, t.1, Zurich: Fraumunster, 1944; sobre o papado, veja-se a monumental obra de Ludovico von PASTOR, *Storia dei papi*. Roma: Desclée, 1958-1964.

⁹ A celebração deste jubileu se termina pela consagração do século XX ao Cristo Redentor, o que explica a construção de inúmeras estátuas do Cristo Redentor em diversas cidades brasileiras.

¹⁰ Quando foi proclamado o Dogma da Assunção de Maria.

¹¹ Cf. acima, no parágrafo 1.1.

¹² Penas temporais são as penas relacionadas aos pecados perdoados, como expressa o *Can. 992ss* e o *Enchiridion Indulgentiarum*. Perdoa-se o pecado no sacramento da penitência, mas a pena a ele relacionada resta ainda. Hoje, em vez de pena, talvez seja melhor falar de consequência do pecado na vida da pessoa e da sociedade.

quase sempre, vistos como “espirituais”, valorizando-se o aspecto individual da conversão e da mudança de vida, sem reconhecer-se sua incidência necessária na maneira de viver-se socialmente esta vida, ou seja, na forma de organização da sociedade.

1.5 As indulgências e as peregrinações

Fundada sobre a comunhão dos santos, apoiada no “poder das chaves” da Igreja, e partindo de um sentimento generoso (indulgente)¹³, a prática das indulgências foi vivida na história da Igreja entre luzes e sombras, como bem sabemos pela história.

Nos primeiros séculos da Igreja, a penitência ou pena ligada aos pecados perdoados no sacramento da Confissão era, às vezes, muito dura e de difícil execução. A indulgência permitia, então, a troca desta penitência por outra mais leve, num gesto de misericórdia. Chega-se mesmo, nas Penitenciais, a estabelecer-se uma correspondência: tal oração substitui tantos dias de penitência regular¹⁴.

A indulgência plenária, concedida antes aos cruzados, anulava todas as penas temporais que eram devidas. Isso explica o valor que as indulgências tinham aos olhos do povo, e porque os cristãos partiam em cruzadas e, também, em peregrinações a Roma, sobretudo por ocasião do Ano Santo a partir do século XIV¹⁵. Daí podermos entender, também, as outras peregrinações, realizadas quase sempre como práticas penitenciais, idéia cara à época medieval, ou como maneira de se obter indulgências.

Esta maneira de agir da Igreja distribuindo indulgências, acabou causando confusões ao longo da história. Pensou-se que as indulgências eram, mais que uma comutação da pena temporal, uma espécie de passaporte para o paraíso, de garantia da salvação eterna, e isso sem falar no risco do comércio de indulgências.

Com efeito, no século XVI, por exemplo, emissários do papa andavam pela Alemanha para recolher fundos para a reconstrução da Basílica de

São Pedro, em Roma. Toda doação dava direito a indulgências. Essa prática acabou tendo influência direta na Reforma Protestante, já que contra isso Lutero também se revoltou¹⁶.

2. A CELEBRAÇÃO DO JUBILEU 2000

O Jubileu do segundo milênio do nascimento de Jesus Cristo deve ser bem comemorado e celebrado, não resta dúvida. Para isso, muito já se fez e muito ainda está-se fazendo. Celebrações, manifestações, reuniões que ajudam o povo a animar sua fé e sua esperança são desejáveis e necessárias.

2.1 O que já se faz

As peregrinações a Roma, aos lugares santos, às igrejas em cada diocese, devem ser incentivadas porque podem reavivar a fé dos cristãos e reacender sua esperança, produzindo sentimentos de realização e

compromisso religioso. Além disso, as peregrinações mostram a caminhada do povo. Lembram-nos que, enquanto povo, estamos a caminho para uma outra situação histórica; lembram-nos que a história continua e que não acaba em nós mesmos¹⁷.

Da mesma forma, a insistência sobre as indulgências não é carente de sentido. Se o vocabulário usado é um tanto ultrapassado e se, catequeticamente, é preciso trabalhar bem a questão para que a indulgência não seja vista como aquisição do direito de participar da vida eterna¹⁸, por outro lado existem pontos interessantes a serem aprofundados. Além da generosidade (indulgência) de Deus, é fundamental insistir na importância de receber-se o perdão pelo sacramento da Reconciliação, e na importância de viver-se esse perdão na fraternidade, além do necessário engajamento comunitário para uma vida em conformidade com o evangelho, no serviço aos irmãos.

¹³ Cf. os já propostos *Can. 992ss e o Enchiridion Indulgentiarum*.

¹⁴ Sobre isso veja-se, por exemplo, Cyrille VOGEL, *Le pécheur et la pénitence au Moyen Age*. Paris: Cerf, 1969; também P. ANCIAUX, *La théologie du sacrement de la pénitence au XII siècle*. Louvain-Gembloux: Nawelaerts-Duculot, 1949.

¹⁵ Em 1300, a indulgência plenária era concedida aos peregrinos que visitassem as Basílicas de São Pedro e São Paulo por 15 vezes, 30 vezes para os que moravam em Roma.

¹⁶ Cf., por exemplo, J.M. MAYEUR et al., *Histoire du Christianisme*, t. VII. Paris: Desclée-Fayard, 1990, sobretudo nas páginas 681ss. Não é esta, no entanto, a única razão para a Reforma Protestante, nem para a revolta de Lutero. Outros pontos teológicos também tem incidência, e grande, sobre a separação entre católicos e protestantes.

¹⁷ A isso alude João Paulo II na bula *Incarnationis Mysterium*, de 29 de novembro de 1998.

¹⁸ A participação na vida eterna de Deus, a salvação, é graça, dom de Deus. Não se compra, não se adquire: se a recebe, se a aceita.

É exatamente esta prática, do perdão e da fraternidade, que se encontra na base da atual insistência sobre o ecumenismo e nas iniciativas ecumênicas que ora vivenciamos. Importante, não se nega, a afirmação da identidade da própria fé e da própria confissão religiosa¹⁹. No entanto, a perspectiva de um novo milênio vivido no amor e no respeito ao outro e na busca e construção da paz deve comprometer todo cristão, católico ou não. Nesse sentido, igualmente, coloca-se a questão do diálogo interreligioso, a fim de que as diferentes e diversas confissões religiosas possam encontrar-se na promoção da paz. Nessa perspectiva é que se coloca, no Brasil, a Campanha da Fraternidade do Ano 2000, a ser vivida ecumenicamente.

2.2 O que não pode ser esquecido

Graças a Deus, muito se tem falado na Igreja, e com proveito, do ecumenismo, das peregrinações e das indulgências. Também não faltam ini-

ciativas que visam colocar em evidência a importância da conversão individual, da libertação dos pecados para uma nova vida em presença da graça de Deus. Em certo sentido, isso tem contribuído para aumentar o fervor e o entusiasmo religioso do nosso povo.

No entanto, o próprio Papa João Paulo II insiste na idéia de se viver o ano 2000 como sendo um autêntico Jubileu²⁰, isto é, retomando o antigo significado que o Ano do Jubileu tinha para os judeus. Na *Tertio Millennio Adveniente*²¹, o Papa sublinha a opção preferencial da Igreja pelos pobres, e conclama todos a um autêntico engajamento pela justiça e pela paz no mundo.

É chegado o tempo, na perspectiva do Jubileu do Ano 2000, de restabelecer-se os direitos dos pobres e dos excluídos. Não pode haver reducionismos aqui, pois eles podem destruir a verdadeira fé da Igreja. É preciso retomar as medidas sociais ligadas ao Ano do Jubileu da lei mosaica e ao anúncio da Boa Nova para todos em

Jesus de Nazaré. Isso não pode ser esquecido, sob pena de perder-se a possibilidade de viver o Jubileu como um novo tempo, um autêntico *kairós* de conversão e compromisso da construção da paz e da fraternidade.

2.2.1 A anulação das dívidas (Dt 15, 1-2.11)

É João Paulo II quem levanta a bandeira do perdão das dívidas por ocasião do Ano do Jubileu. E ele é bem concreto: trata-se da anulação da dívida externa dos países do chamado terceiro mundo²². Na Europa, cristãos estão se mobilizando, pedindo a seus governos que tratem da anulação dessa dívida. No Brasil, pouco se fala no assunto.

No entanto, é preciso saber que em 1980, a dívida dos países pobres do mundo era de 570 bilhões de dólares; hoje ela praticamente quadruplicou. A dívida externa do Brasil, hoje, é mais do que o dobro do que era há alguns anos atrás. O compromisso do atual governo brasileiro, claro está, é com o pagamento da dívida e por isso negam-se recursos para as chamadas "áreas sociais", como educação e saúde.

Essa dívida pode não ser a causa da pobreza do Brasil ou dos países do terceiro mundo, mas ela pesa enormemente sobre toda a população, aumentando a distância entre ricos e pobres, pois seu pagamento é socializado: é toda a população brasileira que deve pagar a dívida, mesmo se não é ela quem foi beneficiada.

A engrenagem da dívida externa é diabólica: o país se endivida para pagar a dívida que, assim, só faz aumentar, extinguindo toda esperança de desenvolvimento e comprometendo o futuro do país²³.

A população brasileira poderia ganhar, na celebração dos 500 anos do país, o presente da anulação da dívida que tem, mas não contraiu. Com efeito, o país encontra-se nesta situação por causa dos interesses dos bancos internacionais, que nunca levam em consideração as necessidades dos países pobres, mas também por causa dos dirigentes nacionais que aplicam mal os recursos externos, em obras desnecessárias ou faraônicas, quando a corrupção não consome esses recursos.

O reescalonamento da dívida, sempre anunciado com orgulho pelos Meios de Comunicação Social, só faz

¹⁹ Sem a afirmação da própria identidade, não pode haver um completo reconhecimento da alteridade.

²⁰ Isto está mais do que claramente repetido na *Tertio Millennio Adveniente* e também na *Incarnationis Mysterium*.

²¹ Número 51

²² Cf. *TMA*, 51

²³ Não foi exatamente essa situação vivida no Brasil quando da maxidesvalorização cambial do início de 1999?

aumentá-la, pois o que se busca mesmo é garantir o seu pagamento, mesmo que tornando-a sem fim e comprometendo o futuro do país. É um remédio que só faz aumentar o mal.

Na verdade, e é preciso que se o diga, a dívida já foi paga, e com sobra, apenas contando o já efetuado pagamento dos juros. A única solução é a anulação da dívida, para que a vida dos pobres do terceiro mundo ainda seja possível. Os recursos que seriam destinados ao seu pagamento poderiam ser aplicados em programas de luta contra a pobreza, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Isso, sim, criaria um novo ambiente de vida no Brasil e nos outros países pobres do mundo, onde a esperança seria possível, e a paz poderia ser experimentada.

A Igreja do Brasil, fiel à "evangélica opção preferencial pelos pobres", e respondendo ao chamado do próprio Papa, não pode calar, neste ano do Jubileu, sua voz profética de denúncia da situação de extrema injustiça ocasionada pela dívida externa. E não pode furtar-se ao seu papel de incentivar o povo para que exija de seus governantes ao menos um sério compromisso de engajamento em favor da anulação dessa dívida.

2.2.2 O repouso da Terra (Lv 25, 2-4.11-12)

Falar de descanso da terra parece, no mínimo, insensato se se leva em conta a fome existente no mundo. Impensável para nós fazermos como os antigos judeus, que no ano sabático e no ano do Jubileu simplesmente nada plantavam para que a terra repousasse. No entanto, podemos falar de descanso da Terra, nosso planeta.

Podemos notar o esgotamento da Terra devido ao sistema no qual vivemos, de privilégio do lucro e da produção. A terra, a *Pachamama*, é castigada com maus tratos como, por exemplo, os produtos químicos que lhe são impingidos todos os dias e que não lhe proporcionam nenhum bem, ao contrário a prejudicam enormemente.

O ar, poluído, virou uma espécie de sopa química, com a chuva ácida despencando sobre nossas cabeças de tempos em tempos. A camada de ozônio parece comprometida para sempre, e as doenças ligadas às vias respiratórias são cada vez mais frequentes, castigando sobretudo as crianças.

Ao lado da poluição atmosférica, temos o esgotamento das reservas de água potável. Fala-se que as guerras do próximo milênio terão como causa

o acesso às fontes de água. Nossos rios, e o oceano onde desembocam, tornaram-se autênticos depósitos de lixo. As zonas de mananciais e o próprio lençol freático, reserva do líquido vital, estão poluídos devido ao mau uso dos recursos naturais. Também os rios do interior sofrem com o desmatamento, o garimpo industrial, os pesticidas agrícolas, etc.

As florestas continuam desaparecendo. A continuar no mesmo ritmo, elas terão desaparecido completamente do planeta em 40 anos. Cerca de 60 mil espécies de plantas correm o risco de desaparecer junto com as florestas, sem falar das inumeráveis espécies de animais em risco de extinção, seja pela modificação de seu habitat, seja pela caça ou comércio de luxo.

Prevê-se que ainda no início do próximo milênio, a população mundial atingirá o número de 10 bilhões de habitantes. Em que ambiente poderão eles viver? O atual sistema econômico de produção, que privilegia o lucro, corre o risco de destruir o planeta.

Por outro lado, os agricultores, os que tiram da terra seu sustento e o de seus semelhantes, são cada vez mais maltratados²⁴. O produto que tiram da terra tem constantemente seu preço diminuído e os insumos agrícolas e empréstimos rurais acabam com suas economias. Além disso, o homem do campo, ameaçado agora pelos produtos transgênicos²⁵, tem ainda mais dificuldade que os pobres da cidade para acessar a educação e os serviços públicos de saúde.

A questão ecológica, hoje em dia, trata das possibilidades de vida da raça humana e de todos os seres vivos neste planeta tão castigado. Visando o lucro fácil e rápido, os recursos naturais da Terra são destruídos, e o próprio planeta corre o risco de destruição. Dentro de algum tempo, a continuar no atual ritmo de destruição do meio ambiente, a vida não será mais possível sobre este planeta azul. Urge que o novo milênio seja a ocasião para que a humanidade ouça os gemidos de dor do planeta e torne-se o agente de serviço e de proteção da Terra e da Vida.

²⁴ Sem falar nas populações indígenas que vivem ainda em nosso país e que não têm seus direitos respeitados.

²⁵ São produtos alterados geneticamente e que visam não apenas a melhoria da produção, mas também garantir o mercado futuro para as indústrias que os produzem, uma vez que são estéreis e, a cada ano, o agricultor deveria comprar novamente as sementes para o plantio.

2.2.3 A libertação dos escravos (Dt 15, 12-15; Lv 25,10)

Outra exigência do ano jubilar para os antigos judeus, que acontecia também em cada ano sabático, era a libertação dos escravos. Hoje em dia, falar de escravidão, parece um vocabulário ultrapassado que não se adequa ao ano 2000 pois a escravidão foi, de há muito, abolida. No entanto, no mundo jamais houve tantos escravos e tantas formas de escravidão.

E não é preciso usar a palavra escravidão em sentido figurado. Podemos, infelizmente, falar de escravidão no seu sentido literal. Meninas e rapazes são vendidos, hoje, como escravos sexuais; no mundo, fala-se também do “turismo sexual”: em ambos os casos, o Brasil ocupa um lugar de vergonhosa notoriedade.

Em muitos lugares, sobretudo nos meios mais abastados dos países ricos, existe a conhecida escravidão doméstica, em que adolescentes são mantidos cativos por seus empregadores, que se apoderam de seus documentos e os fazem viver em situações deploráveis. Isto sem falar da

escravidão do trabalho clandestino de tantos imigrantes que encontram-se em situação dita irregular em muitos países, inclusive no Brasil.

Vemos diariamente tantas e tantas crianças no nosso país, nas cidades ou no interior, condenadas a um trabalho desumano, por exemplo vendendo flores nos semáforos ou fazendo tijolos nas olarias, a fim de poderem ajudar sua família a sobreviver.

E se falamos de escravidão nos campos de trabalho forçado da China, não podemos esquecer a situação de milhares de nossos irmãos condenados a um trabalho escravo dentro de fazendas no interior do Brasil, sobretudo no norte e no nordeste²⁶. A mecânica é conhecidíssima: por trás da promessa de emprego e de vida melhor, trabalhadores são agenciados pelos “gatos” para trabalharem numa fazenda; trabalham pela comida, pois a conta do armazém local é sempre maior que o que ele teria a receber, e por isso ele não pode deixar aquela fazenda que, além de tudo, é vigiada sempre por homens armados. Até mesmo a grande imprensa noticia esses fatos à saciedade.

Desde o século passado, no Brasil a escravidão não existe formalmente. Ela não existe mais no direito internacional. Mas, de fato, ela existe ainda para muitos e de muitas formas. É urgente lutar contra essa situação e dar a esses tipos de escravidão, praticados ainda hoje, um estatuto penal de “crimes contra a humanidade”, a fim de erradicar esta situação do mundo. Não podemos deixar o próximo milênio ser ainda marcado por essa mancha ignóbil da escravidão. O ano 2000 poderia ser, para muitos de nossos irmãos, um início de reconquista da liberdade, um início de libertação.

E a Igreja tem de ter uma atuação de linha de frente nesta questão, não apenas pela importância desta situação com relação aos direitos humanos, mas também porque seu mestre e salvador, Jesus, veio para “proclamar a libertação aos cativos” (Lc 4,18).

2.2.4 A devolução das propriedades (Lv 25, 13-15.23)

Biblicamente, o jubileu era a ocasião para que a terra fosse devolvida a seus primeiros ocupantes, porque ela pertence a Deus (Lv 25,23). Quando celebramos 500 anos de Brasil, devemos convencer-nos que um país

onde reine a justiça e a paz, como queremos que seja o nosso, é impossível sem uma justa redistribuição da terra, uma autêntica reforma agrária, tão sonhada pelo povo brasileiro e ainda não realizada.

Os primeiros habitantes do Brasil, nós o sabemos, são os índios, cujos descendentes, hoje, praticamente não encontram lugar para continuar a viver neste país. As terras indígenas ainda não estão todas demarcadas, mesmo se a constituição de 1988 já o exigia. E muitos ainda perguntam porque os índios, que são tão poucos, precisam de tantas terras!

Isso não é apenas desconhecimento da história e da justiça, mas quer ser justificativa para que a terra se concentre ainda mais nas mãos de poucos. Os índios não podem ter a terra, aliás nem os camponeses, mas os latifundiários podem! Essa é a lógica perversa desse tipo de argumentação. Que país é este em que vivemos, que condena à morte seus filhos primogênitos?

Em 1997, a Pontifícia Comissão Justiça e Paz já observa que, no mundo, um pequeno número de grandes proprietários possuem a maior parte da superfície cultivável, enquanto uma multidão de pequenos proprietários, meeiros ou sitiantes, cultivam a terra que resta, e que é de qualidade infe-

²⁶ Muitos desses casos de trabalho escravo são denunciados à justiça, mas a impunidade continua a reinar. A comissão Pastoral da Terra, em sua publicação sobre a violência no campo, costuma repertoriar também os casos de trabalho escravo.

rior²⁷. Esse diagnóstico, no Brasil, atinge níveis dramáticos: 1% de proprietários possuem 46% das terras, enquanto que 90% de proprietários repartem entre si 20% das terras.

Desde muito tempo a Igreja do Brasil engaja-se ao lado dos camponeses na luta por uma reforma agrária. Os numerosos mártires, vítimas da violência insana dos que se julgam herdeiros das capitâneas hereditárias, são testemunhas desse engajamento e dessa luta. Chacinas se sucedem nos conflitos do campo, enquanto a impunidade dos latifundiários desafia a consciência de cada cidadão brasileiro.

É necessária uma redistribuição de terras no Brasil, uma autêntica reforma agrária, e o ano do Jubileu deve ser o momento oportuno para fazer ecoar novamente este clamor. Claro que a distribuição de terras é apenas o primeiro passo. É preciso uma autêntica política agrícola no Brasil, que favoreça não o capital, mas o agricultor que trabalha a terra e dela tira seu sustento, para que ele não se endivide

por causa dos problemas de produção²⁸ e seja obrigado a vender suas terras para saldar esta dívida.

Aos olhos dos latifundiários, a terra não é vista como ferramenta de trabalho, de onde se tira o sustento da humanidade, mas como uma mercadoria que pode ser vendida a qualquer tempo para gerar lucro. A terra não é mercadoria e não pertence ao homem, diz o livro do Levítico: ela pertence a Deus. O uso que a humanidade faz da terra deve, portanto, ser justo e beneficiar a todos e não apenas a alguns.

O Jubileu do ano 2000 e os 500 anos de Brasil são uma bela ocasião para avançar em direção a uma justa repartição das terras, e a Igreja deve anunciá-lo alto e bom som. A Reforma Agrária pode e deve ser uma das bandeiras hasteadas na luta pela construção de um Brasil de mais justiça, paz e fraternidade.

3. PARA CONCLUIR

O ano 2000, ano do Grande Jubileu, oferece uma ocasião única a toda a humanidade de recolocar-se no

caminho da paz e da justiça. A Igreja, corpo do Cristo encarnado há 2000 anos, quer ser um agente de motivação nesta caminhada. Por isso conclama seus fiéis e toda a humanidade para viverem adequadamente este autêntico *kairós* da misericórdia divina.

É neste sentido que devem ser interpretadas as pregações e pronunciamentos que têm por sujeito o Jubileu. Indulgências, peregrinações e outras atividades religiosas são propostas em vista da conversão de cristãos e não-cristãos para viverem uma nova humanidade.

Oportunos e necessários, esses pronunciamentos e propostas não podem esconder a possibilidade única, oferecida pelo Jubileu, de gestos concretos, de alcance social, para a transformação da vida de muitos seres humanos empobrecidos e excluídos. Sabemos bem que o comportamento religioso, que manifesta o amor a Deus, só é verdadeiro e válido se acompa-

nhado da vivência concreta da justiça e da fraternidade, manifestações do amor ao próximo (Mc 12,29-31).

Por isso a Igreja, em nome de Deus e da Verdade, não pode calar-se mas deve gritar, alto e bom som, que o Jubileu é ocasião para a conversão também com vistas à Anulação da Dívida Externa, à Preservação da Terra, à Libertação dos Escravos e a uma Justa Redistribuição da Terra.

Aí sim, teremos um milênio realmente novo, onde o direito correrá como água e a justiça como riacho que não seca (Am 5,24), e os filhos e filhas do Deus da Vida darão um passo decisivo no rumo do Reino definitivo.

Pe. Dr. Antonio Manzatto é vice-diretor acadêmico e professor titular da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e professor convidado da Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lovaina, Bélgica.

²⁷ Pontifícia Comissão Justiça e Paz, *Por uma melhor repartição da terra, o desafio da Reforma Agrária*, de 23 de novembro de 1997.

²⁸ Referimo-nos a problemas como a falta de escoamento e preço da produção, alto custo dos insumos, juros bancários, inconstância climática, pragas, etc.